

Relatório Técnico
China Contemporânea:
Leonardo Burlamaqui

Bolsa processo E-26/200.837/2023 –
Término da vigência em 28/02/2025

1. Introdução

Este Relatório Técnico se refere à extensão da bolsa concedida ao projeto de pesquisa “A China Contemporânea: Moldura Conceitual, Soberania Financeira, Regulação e Estratégias de Desenvolvimento e Inovação.” O que se pretende aqui é reportar sumariamente as atividades realizadas nesse período de extensão, os resultados alcançados e um avanço conceitual e interpretativo resultantes da expansão da pesquisa.

A pesquisa continua a ser realizada à quatro mãos, com o Professor Adriano Proença, dentro do Projeto Cátedras, do Instituto de Futuros”, sediado no Colégio Brasileiro de Altos Estudos (UFRJ), dirigido pela Professora Ana Célia Castro. A *âncora* do mesmo é o curso “A China Contemporânea- Estado, Estratégias de Desenvolvimento, e Organização Empresarial” ora sendo ministrado, pela segunda vez, por mim e pelo professor Proença.

Vale aqui observar que a renovação da bolsa foi extremamente oportuna pois esses últimos doze meses trouxeram mudanças radicais na geopolítica e na geoeconomia globais, na “guerra tecnológica” entre China e EUA, na “virada tecnológica rumo à autossuficiência” operada pela China, e na estratégia chinesa de liderar a construção de uma “nova ordem Eurasiana”.

De fato, vivemos um processo histórico que cabe perfeitamente na frase atribuída à Lênin: “Há décadas em que nada acontece e semanas em que décadas acontecem”. A frase atribuída a Lênin se conecta diretamente ao conceito de destruição criativa de Joseph Schumpeter. Schumpeter argumenta que a destruição criativa, via disrupções tecnológicas, acelera transformações econômicas e sociais, substituindo modelos antigos por novos em pouco tempo. É nesse sentido, o de estarmos vivendo um “cluster” de transformações radicais ao nosso redor, que a extensão da pesquisa representou uma oportunidade ímpar para o avanço do nosso conhecimento.

A cadeira, como referido, se encontra em andamento quando escrevo esse Relatório, e já posso adiantar que as aulas já evidenciam um espaço privilegiado para o debate sobre os impactos desse *ano Lênin* no conhecimento sendo transmitido aos alunos.

A pesquisa começou, como previsto, com o desenvolvimento de um *framework* (arcabouço) conceitual estruturado a partir do reconhecimento da perspectiva estabelecida pelo “paradigma da destruição criadora”¹, desdobrado por esse pesquisador a partir das proposições de J. Schumpeter, Weber, Keynes e Minsky, e sua utilização para a compreensão teórica tanto do funcionamento quanto ao funcionamento das economias capitalistas, quanto da China.

Aqui, quero lembrar a sua principal contribuição: uma hipótese teórico-conceitual é formulada, no que concerne à compreensão – e caracterização - do “modelo” político e econômico evidenciado pela China contemporânea.

A hipótese proposta, é que a China contemporânea **não** deve entendida nem como “Capitalismo de Estado”, nem como “Socialismo de Mercado”, nem muito menos como “Socialismo com Características Chinesas”, a expressão utilizada oficialmente pelo governo chinês, que, na realidade, pouco diz. A China contemporânea é como formação econômica, política e social, um “Socialismo com características Schumpeterianas” (Para a genealogia dessa proposição, ver Burlamaqui: 2015, 2019, 2022, 2023²). Essa é uma proposição original, e foi debatida no curso e nas nos eventos dos quais participei em 2023 e 2024, e se manteve de pé. Deve continuar ser objeto de debate, e pesquisas subsequentes (Ver seção 4 adiante para o aprofundamento desse ponto).

Uma segunda linha de reflexão teórica, aberta pelo diálogo com Adriano Proença, se refere às conexões e revisão conceitual que o estudo das empresas chinesas, na sua relação com o Estado Chinês, impõe à toda a literatura em gestão estratégica, em particular ao longo da vertente conhecida como a abordagem por “capacitações dinâmicas” (*dynamic capabilities*). As razões para esse questionamento estão expostas em um texto para discussão publicado, pelo CBAE/UFRJ em junho de 2023, texto que pode ser lido como um resultado preliminar da pesquisa, na vertente das relações entre o Estado e a organização empresarial na China ³ (Ver o relatório de pesquisa do professor Proença para o aprofundamento desse ponto).

Continuamos, ambos, nesse diálogo, e o projeto que ora visualizamos é o de transformar esse longo ensaio em um pequeno livro, de modo a consolidar nossa perspectiva na matéria, e facilitar sua absorção por alunos a pesquisadores, no futuro.

¹ Ver Burlamaqui: 2023.

² O texto de Burlamaqui, 2023 é um longo ensaio, didático/crítico, sobre a contribuição de Schumpeter: Schumpeter e o Paradigma da Destruição Criadora. Foi publicado como livro pela Kindle books/ Amazon, e deve ser considerado como uma “pré-condição” da hipótese teórica aqui avançada.
https://ler.amazon.com.br/kp/embed?asin=B0CB7N4MHL&preview=newtab&linkCode=kpe&ref =cm_sw_r_kb_dp_K5FR58YMP0QB2KMW6H7A

³ Proença, A. e Burlamaqui, L. (2023). *Schumpeterian Competition and Dynamic Capabilities: Towards a theory of the 'Schumpeterian Corporation'*. Working Paper CBAE/UFRJ, junho.

O texto que se segue está estruturado da seguinte forma: após essa introdução, segue uma seção resumindo as atividades do projeto de pesquisa ao longo de sua duração (seção 2); que abre espaço para a seção subsequente (seção 3) onde são apresentados de forma resumidas, os elementos centrais da sua extensão. A seção 4 conclui o relatório.

2. Atividades

Antes de passar a descrever os elementos centrais do projeto, cabe apontar que essa pesquisa sobre as características fundamentais da “China Contemporânea” foi auxiliada por diversas participações em eventos acadêmicos entre 2023 e 2024, onde as ideias-chave da moldura conceitual em gestação, e os resultados preliminares da primeira fase da pesquisa, foram apresentadas e debatidas.

O primeiro deles ocorreu em outubro de 2023, na UNILA, Foz do Iguaçu, onde, no painel *Industrial Policy, Trade Policy and the Developmental State: China and South America*, fiz uma apresentação intitulada: ‘Estado Desenvolvimentista, Estado Neoliberal, e Capacidades Estatais: Estratégias e Evidência Empírica em uma Comparação Brasil e China’. Alí, o cerne do argumento apresentado era a origem da divergência entre as trajetórias do Brasil e da China, em função dos diferentes desenhos institucionais e “menu” de políticas públicas dotados pelos respectivos países⁴.

O segundo ocorreu em dezembro do mesmo ano, em Medellín, Colômbia, no congresso da International Economic Association, onde apresentei o paper *Polanyi, Market Fundamentalism, and the Institutional Structure of Asian Capitalism*. A essência do trabalho era mostrar como os diferentes desenhos institucionais adotados por países explicam boa parte de seu potencial de crescimento e resiliência a crises financeiras⁵.

O terceiro ocorreu em abril de 2024. Foi a conferência *Brazil-China Innovation Dialogue 2024: Technology and Development* realizado no auditório Pedro Calmon, Fórum de Ciência e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nesse evento moderei uma das mesas de conclusão (o painel *Conclusions: G20’s futures*), e participei da segunda mesa conclusiva como expositor⁶.

O quarto ocorreu em junho do mesmo ano. Foi a 20ª conferência bienal da International Joseph A. Schumpeter Society, que se realizou em Gotemburgo, Suécia, entre 9 e 12 de junho. Alí, apresentei o *paper* “The Political Economy of Creative Destruction”, onde a discussão centrou-se em três eixos: a) os impactos da tecnologia e da inovação na economia e na

⁴ https://youtu.be/qDSDa_MkNOo?si=u3LQX3ASST1

⁵ <https://www.iea-world.org/wc2023/>

⁶ Ver programa da conferência em anexo.

sociedade, b) as finanças e a inovação financeira abrindo caminho para um cenário perene de fragilidade financeira, e c) o socialismo, especialmente em sua "encarnação chinesa", e seu crescente choque com o capitalismo ocidental (neo)liberal⁷.

O quinto evento, conectado à pesquisa, do qual participei, foi a conferência *IDEAs-UFRJ Global Conference on "Retrofit for Purpose" Reforming the International Financial Architecture*, realizada no Hilton Rio de Janeiro Copacabana, entre 7 e 9 de Agosto de 2024. Ali, apresentei, pela primeira vez, um esboço de nova ordem Eurasiana em gestação, liderada pela China (e auxiliada de perto pela Rússia), como uma *ordem alternativa* à de Bretton Woods. Voltarei ao tema na seção seguinte desse relatório⁸.

O sexto evento foi o seminário BRASIL-CHINA 50 ANOS: Global Governance and China-Brasil Cooperation, realizado no BNDES, no dia 14 de outubro de 2024⁹. Nesse evento, participei de uma mesa debatendo o "futuro das instituições de governança global à luz da intensificação dos conflitos internacionais contemporâneos".

Esses fóruns de discussão foram fundamentais para esclarecer ambiguidades, reformular conjecturas, suscitar novas perguntas, e, por conseguinte, essenciais na destilação da minha reflexão, que passo a expor em um resumo comprimido dos resultados da extensão da pesquisa.

3. Resultados conceituais e empíricos da pesquisa.

3.1- Introdução

Como escrevi no relatório anterior, *"A China constitui, hoje, o maior fenômeno de crescimento e transformação estrutural da economia, e concomitante inclusão social, da História. Não obstante, no debate em curso sobre a evolução de sua economia e de sua inserção no processo de globalização, alguns analistas questionam a sua capacidade de continuar a se beneficiar do processo de integração econômica mundial"*.

O citado relatório fez uma longa incursão nas reformas orquestradas por Deng, e Zhou Rongji, chegando até as primeiras iniciativas da administração Xi Jinping. Aqui, quero avançar, me concentrando em dois eixos: a) as reformas radicais postas em prática pela coalizão política liderada por Xi Jinping, entre 2017-24, e b) a construção de uma ordem Euroasiática, liderada pela China, desde pelo menos 2001, mas acelerada nos últimos três anos.

⁷ Ver carta de aceite na conferência, e abstract estendido, em anexo. <https://www.gu.se/en/event/iss2024-conference>

⁸ Ver convite, e programa da conferência, em anexo.

<https://www.networkideas.org/announcements/2024/07/ideas-ufri-global-conference-on-retrofit-for-purpose/>

⁹ <https://globalgovernancechina.org/>

3.2- A Ascensão de Donald Trump e seu impacto na estratégia chinesa.

Em 2016, Donald Trump é eleito presidente dos Estados Unidos, com uma retórica extremamente hostil à China (que, curiosamente, se coadunava com uma grande admiração pelo Presidente Chinês). Essa retórica foi o ponto de partida para um conjunto de medidas belicosas em relação à China, onde sanções e tarifas eram a “artilharia pesada”. Do ponto de vista geopolítico, Trump deflagrou “terremoto” para a China. A despeito disso, ou melhor, em função dessa nova realidade que se desenha, Xi Jinping anuncia explicitamente em 2017, em um discurso à princípio não muito discutido pelas lideranças ocidentais, um realinhamento da China como uma alternativa ao “centro de gravidade” Norte-Americano (Rudd: 2022 e 2024).

Ali, se apresenta a visão de uma nova ordem econômica global, posicionando o seu país como uma alternativa aos Estados Unidos voltados para dentro sob o presidente Trump (Rudd: 2024, introdução). Na sequência, Beijing prometeu outros 100 bilhões de dólares para os bancos de desenvolvimento na China gastarem em infraestrutura na Ásia, Europa e África (NYT: 14/05/2017). É uma reafirmação, e um reforço, da *Belt and Road Initiative* (BRI).

Nesse mesmo período, a China se dedica, de forma determinada, à compra, no exterior, de ativos estratégicos para uma nova fase do processo de mudança estrutural apoiado nas novas tecnologias que despontam. Entre agosto e outubro de 2016, investidores chineses adquiriram 37 empresas alemãs – em comparação com 39 em todo o ano de 2015. Kuka Robotics, uma das mais eficientes empresas alemãs nesse setor é, agora, chinesa.

A meta, mais uma vez nunciada por Beijing, é que a China se torne o maior produtor de robôs, em todo seu espectro tecnológico, dos mais simples aos mais avançados. O país já é o maior importador deles (Financial Times: 20/8/2016).

Em simultâneo às essas “iniciativas ousadas” de reposicionamento global, o presidente também passa a apontar para fragilidades domésticas, as quais, se não enfrentadas e corrigidas, podem comprometer o que passa a chamar de “*Chinese Dream*”, um novo slogan que traduz todo um conjunto de iniciativas destinadas a reestruturar completamente a economia, e a sociedade, na China, apoiando-se em automação, inteligência artificial, biologia sintética, energia verde, segurança alimentar, militar e espacial (Ownby: 2019).

As fragilidades domésticas vistas como fundamentais são: corrupção, excesso de risco financeiro, desigualdades nas distribuições de renda e riqueza, e má utilização de tecnologias digitais e mídias sociais nelas baseadas. Na realidade, desde sua posse Xi Jinping já vinha batendo nessas teclas desde 2013, mas a partir de 2017-18 intensifica seu discurso. A “implosão controlada” da Evergrande, e de algumas outras incorporadoras chinesas, a presença mais ostensiva do partido nos domínios da burocracia pública e das “campeãs nacionais” chinesas, o incidente com Jack Ma (Ex CEO da Alibaba), e a reorganização do processo de funcionamento

das redes sociais no país, remetem a essa “agenda de fragilidades” a serem corrigidas (Miller: 2019, Wang: 2021).

O conjunto dessas tarefas configurava um quadro de enorme complexidade, e vulnerabilidades potenciais, e explica as profundas reformas institucionais em andamento. Diante disso, pode-se aventar que o futuro do país está em aberto. O que não se pode afirmar, é que não existam estratégias para lidar com esses problemas, ou que elas não tenham sido implementadas.

É aqui, e a partir desse pano de fundo geopolítico, de rivalidades comerciais e tecnológicas, polarização política de forte declínio da hegemonia Norte-americana, é que sugiro que se entendam tanto a “destruição criadora” implementada pela administração Xi Jinping, quanto a aceleração da construção de uma Ordem Eurasiana, desenhada para funcionar como contraponto à hegemonia Norte-americana, independentemente das instituições criadas em Bretton- Woods.

3.3- A “Destruição Criadora Gerenciada” da coalização política de Xi Jinping.

Embora reformas assertivas atravessando todo o espectro da economia, sociedade e da política chinesas tenham se acelerado desde 2017, sua síntese aparece, de fato, com o “**Novo Conceito de Desenvolvimento**” (NDC) introduzido por Xi Jinping, como uma estrutura para orientar o desenvolvimento econômico e social da China sob o 14º Plano Quinquenal (2021-2025). O documento que o embasa enfatiza inovação, coordenação, desenvolvimento verde, abertura e prosperidade compartilhada (ou *common prosperity*).

O objetivo é mudar, radicalmente, a estrutura tanto da economia quanto da sociedade chinesas, transitando de um crescimento de alta velocidade permeado por desigualdades crescentes¹⁰ para um crescimento de alta qualidade, corrigindo desequilíbrios estruturais e em direção a uma prosperidade comum¹¹ (O resumo que segue baseia-se, em grande medida, em Ang, Y.Y., 2020; Rudd: 2022, 2024, Zhang, A.H.: 2024, Economy: 2018, 2022, Jin, K: 2023, e Kroeber: 2020).

‘Xi Jinping does not define economic success in terms of GDP growth. He defines it in terms of tech self-sufficiency.’ (Kroeber: FT, 17/7/23)¹².

a) Uma das mudanças econômicas mais significativas foi a **Estratégia de dupla circulação**, introduzida em 2020. Concretamente: **Circulação interna**: fortalecendo o consumo doméstico, a inovação e a autossuficiência em setores-chave. **Circulação externa**: Manter o papel da China

¹⁰ Embora com ganhos permanentes para todos os extratos da população.

¹² https://substack.com/@dannyquah/note/c-97326141?r=7n3so&utm_medium=ios&utm_source=notes-share-action

no comércio e investimento globais, mas reduzir a dependência de mercados e tecnologias estrangeiras; ou seja, caminhar para um perfil de economia totalmente resiliente, autossuficiente.

Esta reforma levou a:

- Políticas para expandir a demanda doméstica por meio do crescimento impulsionado pelo consumo.
- Investimento em autossuficiência em indústrias essenciais, especialmente semicondutores, inteligência artificial e energia verde.
- Redução da dependência de mercados e cadeias de suprimentos ocidentais em meio a tensões comerciais.

b) Empresas estatais (SOE) e reformas do setor privado

Em simultâneo, o governo reforçou o controle sobre as SOEs enquanto regulava simultaneamente empresas privadas. As SOEs foram reestruturadas para maior eficiência e avanço tecnológico, e o setor privado, em especial as grandes empresas de tecnologia (Alibaba e Tencent, por exemplo), enfrentou novas regulamentações para garantir o alinhamento com as prioridades nacionais. Na esfera da regulação da concorrência, foram implantadas várias diretrizes para coibir práticas monopolistas e fortalecer a segurança de dados.

c) Sistema Financeiro e de reestruturação de Dívidas (especialmente as do setor imobiliário).

A China vinha enfrentando, desde pelo menos 2007, problemas complexos de alto endividamento, e alavancagem financeira, referentes tanto a dívidas corporativas e governamentais locais, o que levou a reformas financeiras, entre as quais:

- Regulamentações imobiliárias mais rigorosas para conter a especulação (por exemplo, a política das "Três Linhas Vermelhas" que restringe os níveis de dívida e alavancagem de credores e devedores, especialmente incorporadores imobiliários).
- Repressão ao sistema bancário paralelo, ou às instituições financeiras não-bancárias, (o "Shadow banking system") centrando fogo em operações opacas e em empréstimos percebidos como de alto risco.
- Digitalização das finanças, incluindo o Yuan Digital (e-CNY) para aprimorar o sistema de pagamentos e contribuir para o controle da política monetária.

d) Modernização Tecnológica e Industrial

Aqui, o conceito Schumpeteriano de "crescimento Impulsionado pela Inovação" foi a espinha dorsal das reformas. As principais reformas incluem:

- O *Made in China 2025* – Um conjunto de incentivos e metas para promover a liderança global da China em indústrias de alta tecnologia (IA, semicondutores, biotecnologia, robótica).
- Aumento dos investimentos em P&D, ultrapassando 2,5% do PIB.
- Expansão da infraestrutura digital, incluindo redes 5G, e adoção generalizada de IA ao longo das cadeias produtivas.
- Expansão do financiamento estatal para empresas de tecnologia estratégicas para atingir a autossuficiência em áreas críticas.

No interior das reformas, uma ênfase ainda mais especial foi dada à economia digital e à regulamentação da segurança cibernética. Novas leis como a Lei de Segurança de Dados (2021) e a Lei de Proteção de Informações Pessoais (2021) restringem o fluxo de dados transfronteiriços e regulam o uso de dados corporativos. O Estado Chinês reforçou a supervisão das Big Tech (Alibaba, Tencent, Didi, ByteDance) para evitar práticas monopolistas e garantir a segurança cibernética.

e) Reformas Ambientais e de *Desenvolvimento Verde*. Aqui o governo chinês comprometeu a China a atingir o pico de carbono até 2030 e a neutralidade de carbono até 2060. Isso levou a reformas ambientais abrangentes:

- Redução da dependência do carvão: eliminação gradual de usinas de carvão e limitação de novos projetos de carvão.
- Expansão da energia renovável: investimento em energia solar, eólica e hidrelétrica, tornando a China o maior produtor de energia limpa do mundo.
- Aceleração significativa no desenvolvimento da tecnologia, e da produção de veículos elétricos (VE): a China se tornou líder global em VEs (empresas como BYD, NIO, XPeng).
- Iniciativas de finanças verdes: novos sistemas de comércio de carbono para incentivar investimentos sustentáveis.

O resultado desse conjunto de reformas foi a consolidação da China não apenas como “a fábrica” do mundo, mas também uma de suas “usinas de inovação” mais criativas. Noah Smith sumariza bem essa realidade, em artigo recente no NYT:

“In 2000, the United States and its allies in Asia, Europe and Latin America accounted for the overwhelming majority of global industrial production, with China at just 6 percent even after two decades of rapid growth.” By 2030, Smith wrote, the U.N. agency predicts “China will account for 45 percent of all global manufacturing, single-handedly matching or outmatching the U.S. and all its allies....

“This is a level of manufacturing dominance by a single country seen only twice before in world history — by the U.K. at the start of the Industrial Revolution, and by the U.S. just after World War II.” Smith wrote, “It means that in an extended war of production, there is no guarantee that the entire world united could defeat China alone.” (Noah Smith, cit por T Friedman in NYT, 19/12/24).

Quanto à criatividade tecnológica, uma curta nota no Financial Times a ilustra¹³:

“Alibaba’s chair has said it will provide technology for Apple’s artificial intelligence-capable iPhone models sold in China, confirming reports of a high-profile partnership that has fueled a rally in the Chinese group’s shares”. (FT 13/2/25)

¹³ O lançamento do Deep seek, chatbot de inteligência artificial desenvolvido pela empresa chinesa de mesmo nome, em 10 de janeiro de 2025, cimenta o ponto.

f) **A Prosperidade Comum** (ou compartilhada).

Nas palavras de Kevin Rudd, em livro recente, e rigorosamente documentado, a prosperidade comum é assim descrita:

*“In his speech to the CFEAC, Xi described “common prosperity” as “the essential requirement of socialism”, reinforcing his message in Qiushi that “realizing common prosperity is more than an economic goal. **It is a major political issue that bears on our Party’s governance foundation**” (Rudd: 2024,165, ênfase minha)*

- A campanha de Prosperidade Comum de Xi Jinping visa reduzir a desigualdade de renda e promover a justiça social:
- Repressão à acumulação excessiva de riqueza (visando especialmente os bilionários emergindo das *Tech* e aqueles com riqueza já consolidada, oriunda do mercado imobiliário).
- Aumento de salários e benefícios sociais para grupos de baixa renda.
- Medidas de redistribuição de riqueza, incluindo elevação de impostos para os extratos superiores de renda, e forte sinalização à doações por parte das grandes corporações.

g) **Revitalização rural e alívio da pobreza**

O governo de Xi declarou "vitória" sobre a pobreza extrema em 2021, mudando o foco para a revitalização rural, o que implicou reforços em todas as iniciativas já existentes em investimento em infraestrutura rural, educação e saúde; apoio a pequenos agricultores e indústrias locais; e incentivo à migração urbana para rural para equilibrar o desenvolvimento regional.

h) **Educação e qualificação da força de trabalho**

Aqui, as diretrizes guiando as reformas tomaram três avenidas:

- Repressão às aulas de tutoria particulares (vistas como instrumentos de fomento à ampliação de “diferenças de pontos de partida”, na maratona meritocrática).
- Expansão do treinamento vocacional para apoiar a transição para uma economia de alta tecnologia.
- Promoção da educação STEM para construir uma força de trabalho capacitada para liderar nas tecnologias de fronteira.

i) **Reformas políticas e de governança**

Aqui, o foco maior foi na centralização do poder executivo, o controle partidário, e a continuidade do combate à corrupção, vista como o “ovo da serpente” da legitimidade tanto do Estado quanto do partido.

- Emenda constitucional (2018) removeu os limites do mandato presidencial, legitimando o terceiro mandato de Xi Jinping como Presidente¹⁴.

¹⁴ A imprensa ocidental infalivelmente notícia esse fato adicionando que Xi Jinping conquistou, com essa medida, a possibilidade de “governar indefinidamente”. Passam despercebidos, por exemplo, os seguintes fatos: Deng Xiaop

- Controle mais rígido sobre o Partido Comunista (PCC), com aumento das campanhas anticorrupção.
- Maior influência ideológica enfatizando o caráter socialista do regime chinês (e cristalizado na inserção do *pensamento de Xi Jinping* na constituição e nas às políticas educacionais e governamentais).

Como se vê, é um conjunto robusto, e radical, de reformas – um verdadeiro processo de *destruição criadora gerenciada*, implementado pelo Estado, para reestruturar a economia e a sociedade chinesas. Meu entendimento é que foram extremamente ousadas, mas coerentes. Não apenas como estratégias de enfrentamento às mudanças geopolíticas em curso, mas para corrigir uma trajetória de crescimento, que era vista pelo então primeiro-ministro Hu Jintao, já em 2007, dessa forma: “*China’s economic growth is unsteady, unbalanced, uncoordinated, and unsustainable.*” (*Hu Jintao, Discurso ao Politburo :2007*).

3.4- A *Shanghai Cooperation Organization*, BRICS, BRI e a construção de uma ordem Euroasiática.

No livro *The Globalization Paradox: Democracy and the Future of the World Economy* (2011), Dani Rodrik afirmou, corretamente, que:

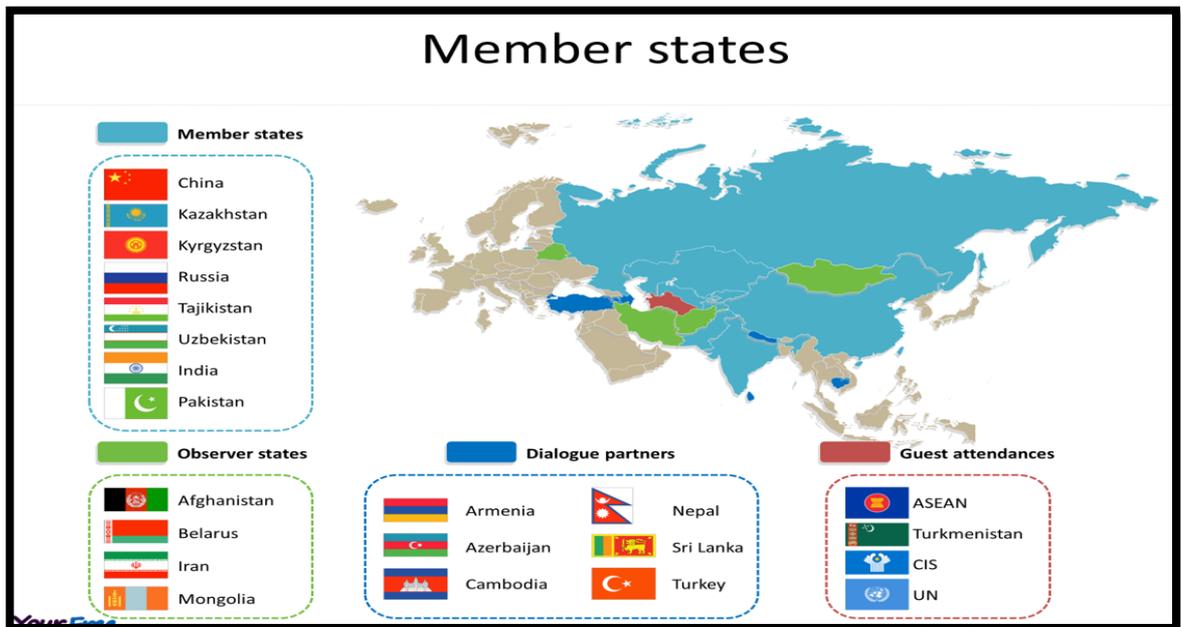
"Temos mercados globais, mas não instituições de governança global para regulá-los".

Hoje, 2025, a situação se deteriorou significativamente. Temos fragmentação de mercados, protecionismo bruto, militarização do dólar, sequestro de reservas e guerras substituindo a diplomacia. Diante desse quadro, parece claro que as chamadas “Instituições de Bretton-Woods” – sobre cuja reforma tanto se fala - foram, em grande parte, feitas na América, por americanos, para a América.

Beijing parece ter percebido isso já a algum tempo, e sua ascensão como uma das principais potências globais nas últimas décadas vem transformando profundamente a dinâmica geoeconômica e geopolítica internacional. Formada em 2001, a *Organização de Cooperação de Xangai* (SCO) é um exemplo de integração regional promovida pela China e Rússia. Com foco em segurança, economia e defesa, a SCO enfatiza a cooperação multilateral, provimento de infraestrutura, e “ocupação produtiva de território”, especialmente na Ásia Central¹⁵.

Ping, unanimemente incensado, teve as rédeas do poder, na China, entre 1978 e 1997. Franklin Delano Roosevelt foi presidente dos Estados Unidos por quatro mandatos consecutivos (4 de março de 1933 a 12 de abril de 1945). Tempos de crise, sim. Para os três governantes.

¹⁵ Note-se a extensão do território a ser “ocupado produtivamente”.



Em 2009 o BRICS, toma sua forma inicial, juntando Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Combinados, os membros do BRICS abrangem cerca de 30% da superfície terrestre do mundo e 45% da população global. Em 2023, os países do BRICS contribuíram, coletivamente, com aproximadamente 29,3% do PIB mundial. Em 2024, a Malásia solicitou formalmente sua adesão ao BRICS, e Turquia, Iran, Indonésia, Tailândia, Argélia, México, Nigéria e Bangladesh também expressaram interesse em aderir. Os países do BRICS (aumentados) estão se tornando os principais rivais geopolíticos, econômicos e tecnológicos do bloco G7.

Em setembro de 2013, o Presidente Xi Jinping lançou a *Belt and Road Initiative* (BRI). A *Belt and Road* é uma Inovação radical, no sentido Schumpeteriano: novos mercados, novas fontes de matéria prima, novos projetos de infraestrutura, novas parceiras comerciais, novos instrumentos de financiamento (Fang, C., Nolan, P. and Linggui, W., 2019).

A BRI é também um processo de redesenho da geopolítica global. Seu lançamento, e expansão subsequente, consolidou uma estratégia de integração global que busca criar uma arquitetura de conectividade e cooperação, especialmente na Eurásia.

Também conhecida como Nova Rota da Seda, a BRI é uma estratégia chinesa de longo prazo para conectar a Ásia, Europa e África por meio de infraestrutura física e digital. Com investimentos, que somados montam trilhões de dólares, em portos, ferrovias, rodovias e telecomunicações, a iniciativa busca não apenas fomentar o crescimento econômico global, mas também fortalecer a influência geopolítica da China. A BRI conjuga:

- Infraestrutura Física: Construção de corredores econômicos, como o Corredor Econômico China-Paquistão e projetos de transporte que conectam mercados estratégicos;
- Conectividade Digital: Desenvolvimento de redes de telecomunicações e infraestrutura tecnológica para integração digital.
- Parcerias Comerciais e Financeiras: Criação de mecanismos financeiros alternativos, como o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, criado em 2015), e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB, criado em 2016) e para financiar projetos de infraestrutura.

Seus objetivos Geopolíticos incluem, como já mencionado, a redefinição da geopolítica global, e o fortalecimento de alianças regionais. A China busca, no momento, consolidar relações estratégicas com países da Ásia Central, África e América Latina.

De acordo com dados recentes, mais de 150 países e 30 organizações internacionais assinaram acordos de cooperação no âmbito da iniciativa. Esses países representam aproximadamente 75% da população mundial e mais da metade do PIB global (Mações, B., 2018).

A BRI compreende dois eixos principais:

- Cinturão Econômico da Rota da Seda (terrestre): Focado na construção de corredores terrestres que facilitem o comércio e a integração econômica entre os países participantes.
- Rota da Seda Marítima do Século XXI: Visa melhorar as rotas marítimas para conectar portos e facilitar o comércio internacional.



Dentro desses eixos, destacam-se os seguintes corredores de transporte em construção ou planejamento (Feng, and Liang : 2019):

- Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC): Um dos projetos emblemáticos da BRI, o CPEC inclui a construção de rodovias, ferrovias e oleodutos que ligam a região ocidental da China ao porto de Gwadar, no Paquistão, facilitando o acesso ao Oceano Índico.
- Corredor China-Ásia Central-Ásia Ocidental: Este corredor busca conectar a China às regiões da Ásia Central e Ocidental através de uma rede de infraestrutura que inclui ferrovias e rodovias, promovendo o comércio e a cooperação econômica.
- Corredor China-Indochina: Focado em melhorar a conectividade entre a China e os países do Sudeste Asiático, este corredor envolve a construção de infraestruturas de transporte que facilitem o comércio regional.
- Corredor Bangladesh-China-Índia-Myanmar (BCIM): Este corredor visa melhorar a conectividade entre os países participantes, promovendo o desenvolvimento econômico e a integração regional.
- Corredor Econômico Eurasiático: Focado em conectar a China à Europa através da Rússia, este corredor envolve a construção e modernização de infraestruturas de transporte terrestre.

4- Conclusão

As reformas condensadas sob a rubrica *Novo Conceito de Desenvolvimento de Xi Jinping* marcam uma grande transformação nos cenários econômico, social e político da China. Suas

políticas mudaram a China em direção ao desenvolvimento de alta qualidade, sustentável e autossuficiente, através do reforço do controle estatal sobre a economia e a sociedade¹⁶.

Paralelamente, as *múltiplas iniciativas na Geopolítica e na Geoeconomia internacionais*, por sua vez, permitem apontar para uma nova arquitetura de governança multipolar e multirregional em formação. No entanto, uma arquitetura financeira igualmente ampla é uma etapa necessária na consolidação desse processo. Essa é a mudança mais desafiadora à vista. O que parece cristalino é a amplitude dessa transformação, bem como seu caráter radical.

Em seu livro de 2024, Kevin Rudd avança uma caracterização do regime presidido por Xi Jinping, que não deixa margem a dúvidas quanto a essa questão:

“The book’s thesis is that Xi has embarked on an integrated ideological campaign of what I call ‘Marxist Nationalism’—taking Chinese politics to the Leninist left, Chinese economics to the Marxist left, and Chinese foreign policy to the nationalist right.” (Rudd: 2024,12).

E daqui surge uma questão crucial: que tipo de formação econômica, social e política é a China? Como essa performance espantosa, em tantas frentes pode começar a ser compreendida, em simultâneo a reformas tão profundas em partes, setores, empresas e atores, tão centrais em quarenta anos de mudança estrutural no país? A tentativa de ensaiar uma resposta a essa questão nos leva à nossa conclusão.

Para concluir este relatório, delineiam-se duas hipóteses ousadas, que estão desenvolvidas, e refinadas, mas ainda carecem de discussão, tanto com alunos, quanto com colegas pesquisadores.

A primeira é que, de uma perspectiva “macrofinanceira”, a estabilidade macroeconômica e financeira da China deve ser entendida como resultado da aplicação sistemática de um receituário de políticas públicas e regulatórias que nos remete diretamente a Keynes e Hyman Minsky. Ou, para ser mais preciso, um sistema presidido pelo que Keynes chamou de “Socialização do investimento”, e com as capacidades estatal e regulatória que Hyman Minsky sugeriu, sem se referir especificamente à China, que seriam as necessárias para “estabilizar uma economia instável”. Um sistema financeiro, lembremos, dominado por bancos públicos, com vínculos estreitos com a agricultura, o comércio e, especialmente, com a indústria, e orientados para o financiamento do desenvolvimento (Keynes: 1936, cap 24, Minsky, 1986 e Wray, 2010).

A atuação dos chamados Big 4 – Banco da China (Bank of China – BOC), Banco da Construção da China (China Construction Bank – CCB), Banco Industrial e Comercial da China (Industrial and Commercial Bank of China – ICBC) e o Banco da Agricultura da China (Agricultural

¹⁶ Um resultado impensável, impossível, se visto pela lente da teoria econômica dominante (o “mainstream”).

Bank of China – ABC) – somada à do Banco de Desenvolvimento da China (China Development Bank – CDB), é paradigmática como ilustração do ponto.

Essas instituições, que operam fundamentalmente como bancos de investimento, e possuem múltiplas capilaridades, por meio dos veículos especiais de investimento (special investments vehicles – SIVs), representam a mais recente encarnação do modelo de sistema bancário “desenvolvimentista” analisado por Hilferding (1910), e cujo contraponto é o modelo de “Money Manager Capitalism” forjado por Minsky¹⁷.

Os traços fundamentais desse modelo de “Money Manager Capitalism” são a disseminação de estruturas financeiras especulativas (speculative finance), o acúmulo de posições de “fragilidade financeira”, e uma forte tendência à criação de episódios de instabilidade financeira¹⁸ – elementos que não estavam contemplados no modelo original de Hilferding. Contudo, no sistema financeiro chinês há um elemento novo, cuja característica vai além de Hilferding e Minsky e entra em terreno Schumpeteriano: *a presença de um robusto Estado Empreendedor, e com significativa capacidade regulatória, atuando dentro de uma lógica não capitalista.*

Mais especificamente, um Estado que combina as funções de prestador de última instância (direcionando crédito e como fiador dos empréstimos bancários e das dívidas corporativas), investidor de primeira instância (formulador e participante ativo de políticas industriais, de inovações tecnológicas e da infraestrutura por meio dos bancos), regulador financeiro, modulador e supervisor da concorrência.

A presença desta estrutura estatal, e deste desenho institucional, bem como o que parece ser a compreensão pelos reguladores financeiros chineses, do mantra de Minsky que “a estabilidade é desestabilizadora”, fornecem uma explicação plausível para o fato de que, a despeito de situações de “fragilidade financeira” surgirem periodicamente, elas não se degeneraram em processos de instabilidade financeira (Burlamaqui e Torres: 2019).

¹⁷ Aqui uma nota explicatória se faz necessária: Minsky reconhece, mas não analisa, um tipo de estrutura financeira que chama de “Finance Capitalism”. Essa estrutura institucional também tem envolvimento direto com a indústria, mas conta com traços fortemente especulativos. É o capitalismo simbolizado por J. P Morgan na *gilded age* norte-americana, e que não se assemelha, nem deve ser confundido, com o modelo de Hilferding. O “Money Manager Capitalism”, que Minsky analisa em detalhe, leva ao extremo a dimensão especulativa do “Finance Capitalism” Norte-americano, e praticamente corta suas relações diretas com a indústria. Nesse sentido, o “Money Manager Capitalism” representa quase uma antítese do modelo de Hilferding, e uma perversão do “Finance Capitalism” de J.P. Morgan. No modelo de Minsky, as atividades fundamentais se voltam, para a extração e redistribuição de riqueza criada (Rents), por contraste à criação de riqueza (Profits). Por fim, desenho institucional do sistema financeiro chinês conjuga a estrutura organizacional do “Finance Capitalism” de Hilferding, com uma forte presença de bancos públicos, e um desenho regulatório muito próximo ao prescrito por Minsky (Para uma , rara, menção à taxonomia de Minsky – mas não uma discussão detalhada- ver **Wray e Timogne**: .

¹⁸ Como os que caracterizaram as crises de 1929, a bolha japonesa de 1991-2, a crise asiática de 1997, e a crise de 2007-9, nos EUA, UK e EU.

Em suma, o desenho institucional do Estado Chinês, suas múltiplas ações no campo da geração de tecnologias de ponta, seu sistema bancário público, a “regulação financeira dinâmica”, além de periódicas recapitalizações e reestruturações bancárias, são fundamentais para explicar essa “bolha que nunca explodiu” (Orlink: 2017).

A segunda, e principal, hipótese para a discussão é que, analisada como um todo, a China se encaixa surpreendentemente bem à descrição – nada convencional – do conceito de socialismo de Schumpeter (1942, capítulos 16-17) e fornece uma ilustração concreta dos seus argumentos que o “socialismo” pode funcionar e mesmo superar o “capitalismo” no terreno da eficiência econômica. Vamos explorar esses argumentos mais de perto.

Em primeiro lugar, Schumpeter começa sua análise com uma bem conhecida e retórica pergunta: seria viável o socialismo? Sua resposta é: “naturalmente que sim” (Schumpeter, 1942, p. 167). No entanto, sua definição de socialismo não está focada na estatização dos meios de produção nem na erradicação da propriedade privada, mas na socialização, que envolve essencialmente o redesenho das fronteiras e dos modos de interação entre as esferas pública e privada, sob uma estrutura unificada de decisão e controle. Em suas palavras:

“Por sociedade socialista designaremos um conjunto institucional no qual o controle sobre os meios e sobre a própria produção está concentrado em uma autoridade central, ou, como poderíamos dizer também, no qual, por uma questão de princípios, os assuntos econômicos da sociedade pertencem à esfera pública e não à privada.” (Schumpeter, 1942, p. 168).

Em segundo lugar, o conceito essencial na definição é o controle por uma autoridade central. Transladando-o para a China, o Partido Comunista Chinês representa um encaixe perfeito, na medida em que não pressupõe, por exemplo, a ausência da propriedade privada, que poderia e deveria existir no modelo Schumpeteriano. Em relação às operações do dia a dia desse sistema, a “liberdade monitorada da gestão” deveria ser a norma:

“Pode existir também uma autoridade supervisora ou fiscalizadora — uma espécie de *cour des compus* — que poderia concebivelmente ter até mesmo o direito de vetar determinadas decisões. Quanto ao segundo ponto, alguma liberdade de ação deve ser deixada, de toda liberdade que ainda existir, aos chamados homens-chave, isto é, aos gerentes de certas indústrias e fábricas. No momento, formarei a ousada presunção de que a margem racional de liberdade foi encontrada experimentalmente e realmente concedida, de maneira que a eficiência não sofre nem com as ambições desenfreadas de subordinados, nem com o empilhamento, sobre a mesa do ministro, de relatórios e consultas sem solução” (Schumpeter, 1942, p. 206).

Mais uma vez, na China, a cadeia de comando da gestão do sistema financeiro detém poder de veto, incluindo a Comissão Permanente do Partido, o Politburo, as autoridades

reguladoras e os bancos, ao mesmo tempo em que permite um enorme grau de “liberdade” tanto empresarial como gerencial.

Em terceiro lugar, o processo de inovação pode ser coordenado, levando em conta considerações de tempo e de localização. No processo de “destruição criadora”, a criação pode ser realizada de maneira planejada, ao passo que a destruição pode ser implementada por meio de políticas de saída:

“O planejamento do progresso, no entanto e, em particular, a coordenação sistemática e a distribuição ordenada, em todos os sentidos, em épocas de inovações, seriam incomparavelmente mais eficientes na prevenção das explosões (...) e reações depressivas (...) do que qualquer variação automática ou artificial da taxa de juros ou da oferta de crédito (...). E o processo de abandono dos materiais obsoletos, que no capitalismo – especialmente no capitalismo competitivo – significa uma paralisia temporária e prejuízos que, em parte, são injustificados, poderia ser reduzido àquilo que a eliminação do obsoleto realmente significa para o leigo, dentro de um plano geral que preveja com antecedência a transferência para outros usos de partes não obsoletas de fábricas e peças de equipamentos superados” (Schumpeter, 1961, p. 200).

Em quarto lugar, a relação entre mudança tecnológica e emprego também poderia ser racionalizada pelas políticas de coordenação, de modo que fosse possível “redirecionar a massa de trabalhadores ociosos para novos setores, os quais, se o planejamento for realmente eficaz, como pode ser, podem estar carentes de mão de obra” (Schumpeter, 1942, p. 201).

Em quinto lugar, a resistência a mudanças poderia ser “fortemente desencorajada” e, por conseguinte, a promoção de inovações seria efetuada de maneira mais rápida e racional em uma economia controlada pelo Estado.

A conclusão de Schumpeter a propósito da eficiência desse desenho institucional para promover mudança estrutural, em simultâneo à mitigação dos conflitos dela indissociáveis, é clara:

“...Nosso argumento pode ser resumido dizendo que a socialização significa um passo além do *Big-Business*... ou que **a administração socialista pode se provar tão superior ao capitalismo corporativo**, quanto esse provou ser superior ao ‘capitalismo competitivo’ capitalismo do qual a indústria inglesa, há cem anos era o protótipo” (1942, p 196, grifo meu).

Concluindo então, sugiro que a China deve ser caracterizada como um “Socialismo com características Schumpeterianas”. Essa é uma definição precisa, com forte conteúdo analítico, e passível de ser “testada”, via comparação entre os traços do modelo, e as características fundamentais, o desenho institucional, da “China Contemporânea”. Como disse acima, é uma

rubrica muito mais pertinente, dos pontos de vista analítico e cognitivo, do que as que usualmente são utilizadas tanto na mídia quanto na academia e nos debates entre formuladores de políticas públicas.

Por suposto, essa é uma hipótese a ser melhor desenvolvida, e adequadamente testada. Serão necessários estudos subsequentes para corroborá-la, ou rejeitá-la. Seu mérito, parece-me, é tirar o debate sobre como caracterizar o “fenômeno China” de rótulos que nada dizem a respeito de seus aspectos cruciais.

Bibliografia

Adner, R. - 2021. *Winning the right game: how to disrupt, defend, and deliver in a changing world*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.

Amsden, A & Wan-wen Chu. 2003 - *Beyond Late Development- Taiwan's Upgrading Policies*. The MIT Press.

Ang, Y.Y., 2018. *How China escaped the poverty trap*. Cornell University Press.

Ang, Y.Y., 2020. *China's gilded age: The paradox of economic boom and vast corruption*. Cambridge University Press.

Atkinson, R (a)- 2024. *National Developmentalism: The Alternative to Neoliberalism and Neo- New Dealism*. Hamilton Center of Industrial Strategy Report

Atkinson, R (b)- 2024. *China is Rapidly Becoming a Leading Innovator in Advanced Industries*. Hamilton Center of Industrial Strategy Report.

Bell, Daniel A. - 2015 - *The China model _ political meritocracy and the limits of democracy*. Princeton University Press.

Breznitz, D. & Murphree, M. – 2011. *The Run of the Red Queen*. Yale University Press.

Burlamaqui, L., 2020. “Schumpeter, the entrepreneurial state and China”. IIPP Working Paper. London.

Burlamaqui, L. and Torres Filho, E., 2019. *The COVID-19 crisis: A Minskyan approach to mapping and managing the (western?) financial turmoil*. Levy Economics Institute, Working Papers Series.

Burlamaqui, L. and Kattel, R. eds., 2018. *Schumpeter's Capitalism, Socialism and Democracy: A Twenty-First Century Agenda*. Routledge.

Burlamaqui, L. and Kattel, R., 2016. “Development as leapfrogging, not convergence, not catch-up: Towards Schumpeterian theory of finance and development”. *Review of Political Economy*, 28(2), pp.270-288.

Burlamaqui, L: 2015a. “Finance, Development and the Chinese Entrepreneurial State” in *Brazilian Journal of Political Economy*. Vol 35, n 4.

Burlamaqui, L: 2015b. *As Finanças Globais e o Desenvolvimento Financeiro Chinês: Um Modelo de Governança Financeira Global Conduzido pelo Estado in China em Transformação: Dimensões Econômicas e Geopolíticas do Desenvolvimento*, IPEA.

Burlamaqui, L: 1995. *Capitalismo Organizado no Japão. Uma interpretação a partir de Schumpeter, Keynes e Polanyi*. Tese de Doutorado. IE/ UFRJ.

Burlamaqui, L: 1989. “Condicionantes Sociopolíticos e Política Industrial na Coréia do Sul”. In *Contexto Internacional*.

Chen, L. Y. - 2022. *Influence Empire: The Story of Tencent and China's Tech Ambition* Hodder & Stoughton, UK.

Clark, D., 2016. *Alibaba: the house that Jack Ma built*. HarperCollins Publishers.

- Cohen, S.S. and DeLong, J.B., 2016. Concrete economics: The Hamilton approach to economic growth and policy. Harvard Business Review Press.
- Dou, E- 2025. House of Huawei: The Secret History of China's Most Powerful Company. Portfolio.
- Economy, E. 2018. The Third Revolution_ Xi Jinping and the New Chinese State. Oxford University Press.
- Economy, E.C., 2018 b. China's new revolution: The reign of Xi Jinping. *Foreign Affairs*, 97(3), pp.60-74.
- Economy, E.C., 2021. *The world according to China*. John Wiley & Sons.
- Fang, C., Nolan, P. and Lingui, W., 2019. Routledge Handbook of the Belt and Road. London, UK: Routledge.
- Feng, D.H. and Liang, H.M., 2019. Belt and Road Initiative: Chinese Version of "Marshall Plan"? World Scientific.
- Fishlow, A - 2003. Review of Gerschenkron 1962.
- Gerschenkron, A., 1962. Economic backwardness in historical perspective. CUP. Cambridge MA.
- Hundt, D. (2008). Korea's Developmental Alliance_ State, Capital and the Politics of Rapid Development (Routledge Advances in Korean Studies. Routledge.
- Jin, K., 2023. The New China Playbook: Beyond Socialism and Capitalism. Penguin.
- Johnson, C: 1982. MITI and the Japanese Miracle. Stanford University Press.
- Keynes, J.M., 1937. The general theory of employment, interest and money. Harcourt.
- Kregel, J. and Burlamaqui, L., 2005. "Banking and the financing of development: A Schumpeterian and Minskyian perspective." Reimagining Growth: Towards a Renewal of Development Theory. London: Zed Books.
- Kennedy, S., DiPippo, G. and Mazzocco, I., 2022. Red ink: estimating Chinese industrial policy spending in comparative perspective. Center for Strategic & International Studies.
- Kolodko, G.W., 2020. China and the future of globalization: The political economy of China's rise. Bloomsbury Publishing.
- Kroeber, A. (2020). China's Economy_ What Everyone Needs to Know- 2^o ed. Oxford University Press.
- Lago, U. (2024). Step 1: What Is RenDanHeYi?. In: Global Business Model Shift. Future of Business and Finance. Springer.
- Lee, K., 2021. China's technological leapfrogging and economic catch-up: A Schumpeterian perspective. Oxford University Press.
- Lee, K.Y., 2000. From third world to first: The History of Singapore. Harper Collins.
- Maçães, B., 2018. Belt and road: A Chinese world order. Hurst & Company.
- Mayer, M. and Dreyer, 2018. Rethinking the Silk Road. Palgrave, Macmillan.
- Miller, C., 2022. Chip war: The fight for the world's most critical technology. Simon and Schuster.
- Miller, T. 2017 - China's Asian Dream_ Empire Building along the New Silk Road. Zed Books
- Minsky, H.P., 1976. John Maynard Keynes. Springer.
- Minsky, H.P. 1986. *Stabilizing an unstable economy* (Vol. 1). New York: McGraw-Hill.
- Naughton, B. 2007. The Chinese Economy- Transitions and Growth. The MIT Press.
- Naughton, B & K. S. Tsai (eds.) - 2015. State Capitalism, Institutional Adaptation, and the Chinese Miracle-Cambridge University Press.
- Park, Y.C & Patrick, H - 2013. How Finance Is Shaping the Economies of China, Japan, and Korea Columbia University Press

- Pempel, T. J (eds.) - 2012. Japan in Crisis: What Will It Take for Japan to Rise Again? Palgrave, Macmillan.
- Pieke, F.N. and Hofman, B., 2022. CPC futures: The new era of socialism with Chinese characteristics. National University of Singapore Press.
- Proença, A. (coord.) – 2011. Tecnologia e Competitividade em Setores Básicos da Indústria Chinesa: Estudos de Caso. Mimeo (pdf), COPPE/UFRJ.
- Proença, A. e Burlamaqui, L. 2023. Schumpeterian Competition and Dynamic Capabilities: Towards a theory of the 'Schumpeterian Corporation'. *Working Paper CBAE/UFRJ*, June.
- Rudd, K. 2022 The avoidable war. Public Affairs.
- Rudd, K., 2024. On Xi Jinping: How Xi's Marxist Nationalism is Shaping China and the World. Oxford University Press.
- Scaringella, L.; Radziwon, A. (2018) Innovation, entrepreneurial, knowledge, and business ecosystems: Old wine in new bottles? *Technological Forecasting and Social Change*, v. 136, p. 59–87.
- Sheng, A: 2009. From Asian to Global Financial Crisis: An Asian Regulator's View of Unfettered Finance in the 1990s and 2000s. CUP.
- Sheng, A & Soon, N.G (eds.) - 2017. China's Shadow Banking System.
- Shin & Chang - 2003. Restructuring 'Korea Inc.': Financial Crisis, Corporate Reform, and Institutional Transition. Routledge.
- Studwell, J: 2013. How Asia Works. Grove Press.
- Sumikawa, S: 1999. The Meiji Restoration – Modern Roots of Japan. Manuscript.
- Swee, G.K., 2013. The Economics of Modernization. Marshall Cavendish International Asia Pte Ltd.
- Swee, G.K., 2015- The Wealth of Asian Nations. Marshall Cavendish International Asia Pte Ltd.
- Tao, T., Cremer, D. & Chunbo, W. (2017). Huawei – Leadership, Culture and Connectivity. Sage Publications.
- Teece, D.J. (2007). Explicating dynamic capabilities: the nature and micro-foundations of (sustainable) enterprise performance. *Strategic Management Journal*, 28(13), 1319-1350.
- Teece, D.J. (2012). Next-generation competition: new concepts for understanding how (sustainable) enterprise performance. *Strategic Management Journal*, 28(13), 1319-1350.
- Teece, D.J. (2014). The foundations of enterprise performance: Dynamic and ordinary capabilities in an (economic) theory of firms. *Academy of Management Perspectives*, 28(4), 328-352.
- Teece, D.J. (2020). Fundamental issues in strategy: Time to reassess? In *Strategic Management Review*, 1(1): 103-144.
- Tymoigne, E and Wray, R- 2013. The Rise and Fall of Money Manager Capitalism. Routledge.
- Tooze, A - 2018. Crashed_ How a Decade of Financial Crises Changed the World. Viking Press
- Torres, E. (1992). A Economia Política do Japão. Tese de Doutorado, IEI/UFRJ.
- Torres, E. (1997) - A crise da Economia Japonesa nos anos 90 – *Revista de Economia Política*.
- Turrin, R., 2021. Cashless: China's digital currency revolution. Smashwords Edition.
- Vogel, E.F., 2011. Deng Xiaoping and the transformation of China. Harvard University Press.
- Wade, R: 1990. Governing the Market; Princeton University Press.
- Wakatabe, M: 2015 - Japan's Great Stagnation and Abenomics_ Lessons for the World - Palgrave Macmillan.
- Wang, F., 2024. China's Age of Abundance: Origins, Ascendance, and Aftermath. Cambridge University Press.
- Wang, H., 1991. America against America. Shanghai: Shanghai People's Publishing House.

- Weber, I.M., 2021. How China escaped shock therapy: The market reform debate. Routledge.
- Weiss & Thurborn: 2006. Korea & Taiwan - Investing in Openness – NPE.
- Wray, L.R., 2010. Why Minsky matters: An introduction to the work of a maverick economist. Princeton University Press.
- Wu, Xiaobo (2021). Global manufacturing and secondary innovation in China: latecomer's advantage. Zhejiang University Press and World Scientific publishing co.
- Wu, Xiaobo; Ma, Rufei; Xu, Guannan (2009). Accelerating Secondary Innovation through Organizational Learning: a case study and theoretical analysis. Industry and Innovation. v. 16 (4-5): 389-409.
- Wu, Xiaobo, Murmann, J.P., Can H.; Bin G. (2020). The Management Transformation of Huawei. Cambridge University Press.
- Zhang, A.H., 2024. High wire: how China regulates big tech and governs its economy. Oxford University Press.